DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 7339/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/2461/2020
PROTOCOLO	: 2026942
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
INTERESSADO	: MARCOS ANTONIO DA COSTA FIGUEIREDO
TIPO DE PROCESSO	: RESERVA REMUNERADA
RELATOR	: Cons. RONALDO CHADID

ATO DE PESSOAL.TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA. EX OFFICIO. PROVENTOS INTEGRAIS E PARIDADE. REGULARIDADE.REGISTRO.

Tratam os autos do processo da **Transferência *ex officio* para a Reserva Remunerada**, concedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul ao servidor MARCOS ANTONIO DA COSTA FIGUEIREDO, CPF 502.102.031-53, 3º Sargento Policial Militar, matrícula 74607021.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal, após analisar os documentos encaminhados, manifestou-se pelo registro da presente Transferência para a Reserva Remunerada, diante da regularidade documental, nos termos da **ANA – DFAPP – 6120/2022, fls. 149-150.**

Instado a manifestação, o representante do Ministério Público de Contas, por meio do PAR – **2ª PRC – 9759/2022,** fl. 151, acompanhou o entendimento da equipe técnica, opinando também pelo registro do ato de pessoal e análise.

É o relatório. Passo as razões da decisão.

Preliminarmente, nos termos do artigo 34 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012[1], cabe à esta Corte de Contas, apreciar a legalidade do registro de pessoal, aposentadoria, dentre outros, praticados pelos Poderes, Órgãos Constitucionais

[1] Art. 34. O Tribunal de Contas apreciará a legalidade dos atos de pessoal praticados pelos Poderes, Órgãos constitucionais autônomos e pela administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, compreendendo:
(...)
II - apreciação da legalidade dos atos de:
b) transferência para a reserva remunerada;

autônomos e pela Administração direta e indireta do Estado de Mato Grosso do Sul e seus Municípios.

Cumpre ainda ressaltar que, o exercício do Juízo Singular a mim atribuído, encontra-se fundamentado no art. 11, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/2018.

Pois bem, compulsando os autos, vejo que constam o rol de documentos preconizados no item 2.3.1.2, item "B" do Manual de Peças Obrigatórias, aprovado pela resolução TCE/MS nº 88/2018.

A remessa ocorreu dentro do prazo estabelecido que é de até 35 (trinta e cinco) dias úteis da publicação do ato da reforma. No presente caso, a publicação ocorreu em 21.02.2020, e a remessa se deu em 27.02.2020, tempestivo, portanto.

Consta às fls. 7-8, a **CTC (**certidão do tempo de contribuição) assim demonstrada:

- ✓ 11.059 (onze mil e cinquenta e nove) dias;
- ✓ 30 (trinta) anos, 03 (três) meses e 19 (dezenove) dias;

Acerca dos proventos a receber na inatividade, foram fixados integrais, calculados com base no subsídio de 3º Sargento PM, em concordância aos fundamentos legais e constitucionais.

Assim sendo, considerando que, o presente processo de Transferência ex-offício para Reserva Remunerada, foi concedido de acordo com os ditames legais, tendo o servidor preenchido todos os requisitos necessários para a sua concessão; considerando que o amparo desta transferência encontra fundamentação no art. 42 da Lei nº 3.150/2005, c/c com o art. 47, inciso II, art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso II e art. 91, inciso II, alínea "a", todos da Lei Complementar nº 53 de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 127/2008, acolho o parecer Ministerial e **DETERMINO** o REGISTRO da Transferência Ex-Officio para Reserva Remunerada, concedida com proventos integrais e paridade, ao servidor MARCOS ANTONIO DA COSTA FIGUEIREDO, CPF 502.102.031-53, 3º Sargento Policial Militar, matrícula 74607021, pertencente ao quadro da Secretaria de Estado de Justiça e segurança Pública de Mato Grosso do Sul, conforme Portaria "P" AGEPREV nº 0251/2020, de

20/02/2020, publicada no Diário Oficial Eletrônico nº 10.099, página 127.

É a decisão.

Remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para publicação e demais providências de praxe, ato contínuo à Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência para providências que o caso requer, consoante disposições do art. 187, § 3º, II, "a" do Regimento Interno deste Tribunal aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/2018.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 15 de setembro de 2022.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

vjb